

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

ANTONIO COSTA JÁ AFIRMOU QUE O OBJETIVO DO PS NA PROXIMA LEGISLATURA É REDUZIR A DIVIDA PUBLICA PARA 100%, O QUE É SÓ POSSIVEL COM A CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA DE CORTES ENORMES NA DESPESA PUBLICA ESSENCIAL

Este artigo tem como base uma intervenção que fiz num debate sobre a Economia em Lisboa, onde procuro responder à pergunta: **SERÁ A DIVIDA PUBLICA EM PORTUGAL UM PROBLEMA QUE JUSTIFICA O CORTE NA DESPESA PUBLICA ESSENCIAL, INCLUINDO NO INVESTIMENTO PÚBLICO?**

Mas antes um comentário sobre uma questão que tem ocupado os media. Nos últimos dias o país tem assistido ao triste espetáculo de **Vitor Constâncio**, a propósito da CGD quando era governador do Banco de Portugal, primeiro, não ter memoria, não saber nada, não ter estado em nada; e depois, quando confrontado com factos que provavam que não falava verdade, vir dizer que a lei não lhe permitia intervir. Ora também isso NÃO É VERDADE. O RGICSF (a lei da banca), na sua versão anterior (DL 298/92) já dava amplos poderes ao Banco de Portugal para intervir nomeadamente os artº 103 (*Participações qualificadas*), artº.118 (*gestão sã e prudente*) e artº. 141 (*Provisões extraordinárias de saneamento*), que permite ao Banco de Portugal pedir, num prazo de 30 dias apos ter conhecimento, a quem tem uma participação qualificada num banco informações para saber se o detentor de tal participação reúne as condições necessárias “*que garantam gestão sã e prudente da instituição de crédito*”, o que não acontecia com Joe Berardo que no inicio se comprometeu a participar com uma parcela de capitais próprios e no fim só tinha o dinheiro emprestado pela CGD; para alem disso a lei dava ao Banco de Portugal poderes para impor medidas visando “*corrigir de métodos de gestão*” e a “*Imposição da constituição de provisões especiais*”. Bastava que o Banco de Portugal tivesse imposto à CGD a constituição de um “*filtro prudencial*”, um poder que o Banco de Portugal sempre teve, ou seja, de uma provisão utilizando o “*Capital de nível 1*” (*uma provisão criada com base no Capital social*) para desencorajar a concessão de créditos especulativos como o de Joe Berardo pois podia obrigar a recapitalização da CGD o que o acionista Estado teria muitas dificuldades em o fazer. Portanto, poderes suficientes na lei existiam para impedir o descalabro da CGD que depois custou aos contribuintes cerca de 5.000 milhões€. O que não houve foi, por incompetência ou deliberadamente, vontade para utilizar esses poderes que estavam na lei. Vítor Constâncio revelaria dignidade se assumisse as responsabilidades, não fugindo a elas e não dando o triste espetáculo que esta a dar. Situação semelhante sucedeu na Caixa Económica do Montepio, onde durante a gestão de **Tomás Correia**, foram concedidos centenas de milhões € de créditos sem qualquer análise de risco pois entre 2011/2015 foram abatidos ao Ativo, por se terem considerados totalmente perdidos, 1381 milhões €, perante a passividade do Banco de Portugal que, certamente conhecia a situação, mas nunca fez nada, o que obrigou os associados do Montepio a recapitalizarem o agora Banco do Montepio com 1.600 milhões € para cobrir os prejuízos daí resultantes. É de estranhar que em relação ao processo de utilização do dinheiro dos contribuintes para salvar bancos, a Assembleia da República se tenha “esquecido” da Caixa Económica Montepio, onde já 1.600 milhões € de poupanças dos associados foram ilegalmente utilizadas para salvar este banco de uma gestão também ruínosa que, como consequência dessa gestão, enfrenta agora ainda uma situação de grandes dificuldades para recuperar. E o Banco de Portugal, a ASF, e o Ministério de Trabalho continuam a permitir a manutenção em funções de uma pessoa que tanta destruição causou ao Montepio e que, com a sua presença, contamina todo o grupo, gerando a desconfiança dos associados, e tornando ainda mais difícil a recuperação do Montepio e das poupanças dos associados. Que apoios terá Tomás Correia, que tem o descaramento de se gabar de que não necessitou de auxílio do Estado porque foi às poupanças dos associados, para que os supervisores e o governo, se recusem afastar uma pessoa condenada pelo Banco de Portugal? E não podem dizer que não sabiam..

Num recente comício eleitoral do PS, António de Costa para além de prometer mais trabalhadores para a Administração Publica, cuja grave situação a que chegou está a causar uma profunda degradação dos serviços públicos prestados aos portugueses (*exs.: SNS, ADSE, Segurança Social, etc.*); aumentos nos salários destes trabalhadores que estão congelados desde 2009; maiores transferências do Orçamento do Estado para o SNS, cuja situação é crítica, e mais investimento público (*ex. transportes públicos cuja degradação é evidente para todos os portugueses*), etc. etc. Promessas não faltaram, mas António Costa terminou o discurso afirmando que o objetivo do PS para aproxima legislatura era reduzir a divida pública para 100%. No entanto, esqueceu-se de explicar que, para conseguir reduzir

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

a dívida pública em cerca de 23 pontos percentuais (pois teria de passar dos atuais 123,3% para 100%) em 4 anos, quando se prevê uma abrandamento do crescimento económico em Portugal nos próximos anos, e isso exigiria restrições para não dizer mesmo cortes brutais anuais na despesa pública o que é incompatível com todas as promessas anteriores que fez. Basta recordar que, entre 2015 e março de 2019, ou seja, em mais de 3 anos, a Dívida Pública, para efeitos de Maastricht medida em percentagem do PIB, teve apenas uma redução de 5,5 pontos percentuais. E foi conseguida através de cortes enormes no investimento público e de uma enorme degradação dos equipamentos públicos (transportes, saúde, a educação, a, etc.), e também da degradação da Administração Pública (falta de trabalhadores e congelamento dos salários). No Programa de Estabilidade 2019-2023, pág. 19, prevê-se reduzir a dívida pública para 99,6% do PIB até 2023 que se for concretizado seria a continuação da destruição do país. Será que Centeno imporá a sua vontade ao PS?

O RITMO DE AUMENTO, A DIMENSÃO DA DÍVIDA PÚBLICA, E COMO TEM SIDO FINANCIADA

O quadro 1, com dados do Banco de Portugal, mostra o ritmo de crescimento da Dívida Pública em Portugal, a sua dimensão atual e forma como tem sido financiada

Quadro 1 – Evolução da Dívida Pública 2009/2019 e seu financiamento

ANOS	DÍVIDA PÚBLICA EM Milhões €				ORIGEM DOS RECURSOS		
	Dívida Pública Total (Ad. Públicas)	Dívida Pública Maastricht Bruta	Dívida Pública Externa	Dívida Pública à Banca	Externa % da Dívida Pública	À Banca % da Dívida Pública	Dívida à própria Ad. Pública (entre si)
Dez.2009	158 591	141 055	105 238	23 843	66,4%	15,0%	9,1%
Dez.2015	290 089	231 584	154 009	57 991	53,1%	20,0%	18,9%
Mar.2019	316 251	250 387	131 529	86 140	41,6%	27,2%	19,4%
2009/19	157 660	109 332	26 291	62 297	-37,3%	81,2%	114,0%
2015/19	26 162	18 803	-22 480	28 149	-21,7%	36,3%	3,0%

FONTE: Boletim Estatístico - Banco de Portugal - Dez.2012, Dez.2016, Março 2019

Entre 2009 e março de 2019, a Dívida Pública em Portugal aumentou em 157.660 milhões € pois passou de 158.591 para 316.251 milhões € (em % do PIB subiu de 94,1% para 155,8%). Se considerarmos apenas a que é considerada pela Comissão Europeia (Maastricht) ela, entre 2009 e março de 2019, cresceu de 141.055 milhões € para 250.387 milhões €, ou seja em 109.332 milhões €. No período do atual governo (2015 a março de 2019), a Dívida Pública Total aumentou em 26.162 milhões € e a de Maastricht em 18.803 milhões €, uma parcela devido à continuação do apoio à banca, de que é exemplo o Novo Banco.

A situação em março de 2019, segundo o Banco de Portugal, era a seguinte: a Dívida Pública atingia 316.251 milhões € (155,8% do PIB), sendo 250.387 milhões € considerada para efeitos de Maastricht (123,3% do PIB). Deste total de Dívida Pública, 131.529 milhões € (41,6%) era dívida Externa; 62.297 milhões € (27,2%) era dívida à Banca, e 61.397 milhões € (19,4%) era dívida às próprias Administrações Públicas (Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social, à ADSE, etc.). Uma reestruturação da dívida teria de ser feita com estas entidades, o que é uma tarefa difícil.

INVESTIMENTO PÚBLICO CORRESPONDEU APENAS 66% DOS JUROS PAGOS

A Dívida Pública, associada à obsessão de redução num prazo muito curto do défice para ZERO, seguindo os ditames de Bruxelas, está a criar graves obstáculos ao desenvolvimento do país, nomeadamente ao investimento público. O sacrifício do investimento público, tem sido o instrumento preferencial utilizado mesmo pelo atual governo para reduzir o défice orçamental.

Quadro 2- Investimento público e juros pagos pela dívida pública – 2009/2018

ANOS	AP´s-FBCF Milhões €	AP´s -Juros Milhões€
2009	7 193	5 263
2010	9 536	5 218
2011	6 166	7 575
2012	4 210	8 252
2013	3 746	8 343
2014	3 462	8 481
2015	4 136	8 271
2016	2 797	7 832
2017	3 503	7 395
2018	4 032	7 056
SOMA (10 anos)	48 781	73 687

FONTE: Eurostat e INE

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Entre 2009 e 2018, num período de 10 anos, as Administrações Públicas pagaram 73.687 milhões € só juros, enquanto o Investimento Público (FBCF), de todas as Administrações Públicas, foi apenas 48.781 €, ou seja, os juros pagos foram superiores a todo o investimento público em 24.906 milhões €. O investimento público foi o grande sacrificado com consequências dramáticas para todos os portugueses (*transportes, saúde, educação*).

Mas onde se torna mais clara as consequências graves da obsessão em reduzir o défice rapidamente para ZERO, para brilhar em Bruxelas, é quando comparamos o investimento público realizado em equipamentos (*hospitais, escolas, transportes, etc.*) como o valor dos mesmos que se degradou pelo uso ou se inutilizaram pela idade, designado por “Consumo de Capital Fixo” (a nível das empresas, é designado por amortizações). Veja-se o quadro 3

Quadro 3 – Investimento (FBCF) inferior ao Consumo de Capital Fixo -2011/18

ANO	INVESTIMENTO PÚBLICO E CONSUMO DE CAPITAL FIXO -M€		
	FBCF	CONSUMO CAPITAL FIXO	SALDO
2011	6 139	5 161	979
2012	4 201	5187	-986
2013	3 701	5 092	-1 391
2014	3 525	5 097	-1 572
2015	4094	5248	-1 154
2016	2880	5277	-2 397
2017	3 563	5 340	-1 777
2018	3 965	5 545	-1 580
SOMA	32 069	41 947	-9 878
2016/18	10 408	16 162	-5 754

FONTE. Administrações Públicas - INE

Entre 2011 e 2018, o Investimento Público (FBCF) nem foi suficiente para compensar os equipamentos públicos que se degradaram com o uso ou se inutilizaram. Neste período o Investimento público somou apenas 32.069 milhões € e o “Consumo de Capital Fixo” atingiu 41.947 milhões €, ou seja, foi superior ao Investimento Público em 9.878 milhões €. E 5.754 milhões € (58,3% deste total) diz respeito ao período 2016/2018, ou seja, ao atual governo.

Como o investimento público é fundamental para impulsionar o investimento privado, a quebra brutal verificada a partir de 2011 no investimento público (*entre 2011 e 2018 diminuiu, em valores nominais, 35,4%, mas a preços constantes, ou seja, deduzindo a inflação a redução atingiu 41%*) contaminou o investimento privado e, consequentemente, o investimento total no país. Como consequência verificou-se a nível do investimento total (FBCF) no nosso país, o mesmo que o verificado em relação no setor público com consequências dramáticas (destruição do aparelho produtivo do país que não foi nem ampliado nem renovado- quadro 4).

Quadro 4- Investimento Total (FBCF) e Consumo de Capital Fixo no país- 2011-2017

ANO	FBCF Milhões €	Consumo Capital Fixo Milhões €	SALDO Milhões €
2011	32 452	31 429	1 023
2012	26 672	30 552	-3 880
2013	25 122	29 884	-4 762
2014	25 993	30 324	-4 331
2015	27 844	31 013	-3 169
2016 Po	28 293	31 340	-3 047
2017 Pe	31 218	32 080	-863
SOMA	197 593	216 621	-19 028
2016+2017	59 510	63 420	-3 910

FONTE : Contas Nacionais Anuais - INE

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

A partir de 2011, o Investimento total no país foi sempre inferior ao “Consumo de Capital Fixo”. Entre 2011 e 2017, o investimento (FBCF) somou 197.593 milhões € e o “Consumo de Capital Fixo (as amortizações)” 216.621 milhões €, portanto 19.028 milhões € de equipamentos degradados ou inutilizados não foram substituídos. O aparelho produtivo do país reduziu-se ou degradou-se. E mesmo com o atual governo isso aconteceu. Em 2 anos – 2016 e 2017- o Consumo de Capital Fixo somou 63.420 milhões € e o novo investimento (FBCF) no país foi apenas de 59.510 milhões €, ou seja, menos 3.910 milhões €.

O “STOCK” DE CAPITAL FIXO POR TRABALHADOR TEM DIMINUIDO EM PORTUGAL E, COMO CONSEQUENCIA, A RIQUEZA CRIADA POR TRABALHADOR TEM DIMINUIDO TAMBÉM

Como consequência o valor do “Stock de capital fixo” utilizado por empregado diminuiu de uma forma contínua em Portugal, confirmando a degradação do aparelho produtivo do país

Quadro 5 – A variação do “stock” de capital fixo por empregado na U.E. e em Portugal

Stock de Capital líquido a preços de 2010 por empregado - 1000€				PT/U.E.	PT/Zona euro
ANO	União Europeia (U.E.)	Zona Euro	Portugal (PT)		
2011	176,6	206,3	114,3	64,7%	55,4%
2012	179,3	209,3	118,3	66,0%	56,5%
2013	181,4	212,1	120,7	66,5%	56,9%
2014	181,0	211,9	118,0	65,2%	55,7%
2015	180,9	211,1	115,7	64,0%	54,8%
2016	180,5	209,9	113,2	62,7%	53,9%
2017	179,9	208,6	109,3	60,8%	52,4%
2018	180,0	207,7	106,8	59,3%	51,4%
2019	181,1	208,3	105,8	58,4%	50,8%
2020	182,5	209,3	105,5	57,8%	50,4%

FONTE : AMECO

A quebra no investimento determinou que, entre 2015 e 2018, o stock de capital por empregado sofresse uma redução de 7,7%, pois passou de 115.700€ para 106.800€ , e a previsão da Comissão Europeia é que continue a diminuir como revela o quadro 5.

Esta redução (desinvestimento) do valor dos equipamentos utilizados em média por trabalhador, determinou que a produtividade aparente do trabalho, que se obtém dividindo o PIB pelo número de trabalhadores, tenha diminuído em Portugal, o que é grave.

Quadro 6-Variação anual da produtividade aparente do trabalho – 2011/2018

ANO	PIB/Empregado	PIB/Emprego remunerado	Var. anual PIB/emprego	Var. anual PIB/emp. Remunerado
2011	36 880 €	44 204 €		
2012	36 904 €	44 547 €	0,1%	0,8%
2013	37 562 €	45 044 €	1,8%	1,1%
2014	37 370 €	44 535 €	-0,5%	-1,1%
2015	37 529 €	44 301 €	0,4%	-0,5%
2016	37 643 €	44 111 €	0,3%	-0,4%
2017	37 466 €	43 755 €	-0,5%	-0,8%
2018	37 398 €	43 436 €	-0,2%	-0,7%

FONTE: Contas Nacionais - INE

A redução do “stock de capital” por trabalhador determinou que, entre 2015 e 2018, a “produtividade aparente do trabalho”, ou seja, a riqueza criada anualmente em média por um trabalhador, medida a preços constantes de 2010, tenha diminuído 131€ por empregado (inclui o emprego remunerado e o não remunerado), sendo muito maior a redução no emprego remunerado cuja diminuição atingiu 865€ por trabalhador (em 2018, cada trabalhador produziu em média menos 865€ do que em 2015). Em percentagem, tem-se registado uma diminuição contínua desde 2014 (inclusive) como revelam os dados do INE do quadro 6. O crescimento económico em Portugal, ou seja, do PIB tem sido obtido através do aumento do emprego, o que tem como aspeto positivo a redução do desemprego, mas não devido ao aumento da

produtividade, ou seja, da riqueza criada anualmente por cada trabalhador; muito pelo contrário, a riqueza criada anualmente em média por cada trabalhador tem diminuído, o que revela que o atual crescimento económico não é nem sustentável nem permite o desenvolvimento do país. Por esta razão, Portugal no lugar de convergir para a média europeia tem divergido (o PIB por habitante de Portugal em % do da U.E.28: em 2009, correspondia a 68,9% e, em 2018, apenas a 64,9% do PIB por habitante da UE28).

A análise feita apenas com base em dados oficiais prova de uma forma clara, a nosso ver, que o estrangulamento do investimento publico, que contribui fortemente para o insuficiente investimento total, está a conduzir o país para uma situação insustentável. E isto conduz-nos novamente ao problema da dívida pública e ao défice orçamental, e a sua redução, que tem sido a trave mestra de toda a política de sucessivos governos em Portugal, e a “coroa de glória” também do atual governo. Infelizmente, na legislatura que está a terminar, os partidos que apoiaram o atual governo não pressionaram suficientemente António Costa/Centeno para que alterassem a política que estava a destruir o país e a promover um crescimento económico não sustentável (aquando da discussão do Orçamento do Estado poderiam ter imposto, para o aprovar, maiores transferências para o SNS, e mais investimento publico, mas não o fizeram).

Como tudo isto já não fosse suficiente, António Costa já anunciou num dos comícios eleitorais do PS que o objetivo do PS para a próxima legislatura é reduzir a Dívida Pública de 123% do PIB para apenas 100% num período de 4 anos. Tal objetivo é só possível com restrições e cortes orçamentais ainda maiores, ou seja, com muito mais do mesmo.

SERÁ A DÍVIDA PÚBLICA UM PROBLEMA? SERÁ POSSÍVEL REDUZIR A DÍVIDA PÚBLICA E AUMENTAR O INVESTIMENTO PÚBLICO FUNDAMENTAL PARA O PAÍS?

Os economistas têm firmado que se o saldo orçamental primário for zero, ou seja, se o saldo orçamental sem juros for zero, e se taxa de juro nominal for inferior à taxa de crescimento nominal da economia (PIB), como acontece atualmente, o rácio da dívida, medida em % do PIB, diminui automaticamente sem custo fiscal, ou seja, sem necessidade de recorrer a mais impostos para diminuir o rácio da dívida. E isto porque o aumento anual da dívida resultante da soma dos juros será inferior ao crescimento anual do PIB nominal.

Quadro 7 – A redução do rácio da Dívida Pública (DP(PIB)) no período 2015/2018

ANO	PIB Milhões €	DÍVIDA PÚBLICA (Maastricht) Milhões €	DÍVIDA PÚBLICA em% do PIB
2015	179 809	231 584	128,8%
2018	201 613	244 906	121,5%
mar/19		250 387	123,3%

FONTE: Boletim Estatístico - Banco de Portugal - Dez.2012, Dez.2016, Março 2019

Entre 2015 e 2018, portanto em 3 anos, o PIB nominal em Portugal aumentou 12,1% (+21.803 milhões €) e a Dívida Pública cresceu 5,8% (+13.322 milhões €, uma parcela para continuar apoiar a banca – Novo Banco e Joe Berardo), como consequência a Dívida Pública em percentagem do PIB diminuiu 7,3 pontos percentuais pois passou de 128,8% do PIB para 121,5% do PIB, mas em março de 2019 já tinha aumentado para 123,3% (quadro 7).

Por outro lado, entre 2016/2018, em Portugal os saldos primários (saldos orçamentais sem juros) foram sempre positivos somando 14.426,6 milhões € como mostra o quadro 8.

Quadro 8- Saldo primário das Administrações Públicas na ótica da Contabilidade Nacional

ANOS	Receita Orçamental Milhões €	Despesa Orçamental Primária (sem juros) Milhões €	SALDO ORÇAMENTAL PRIMÁRIO Milhões €
2016	79 706,0	75 610,0	4 096,0
2017	83 507,0	78 688,0	4 819,0
2018	87 176,4	81 664,8	5 511,6
2019(P)	90 718,3	84 236,9	6 481,4
SOMA	341 107,7	320 199,7	20 908,0

FONTE: Relatório do Orçamento do Estado - 2017, 2018, 2019 - Ministério Finanças

Se quiser receber estes estudos envie uma mensagem para edr2@netcabo.pt

Se se tivesse recorrido à dívida para pagar os juros, a Dívida Pública de Maastricht teria aumentado no período 2015-2018 de 231.584 milhões € para 253.868 milhões €, o que significava que mesmo que os saldos primários positivos obtidos neste período - 14.426,6 milhões € - tivessem sido aplicados em investimento público (FBCF), mesmo assim a Dívida Pública medida em percentagem do PIB teria diminuído de 128,8% para 125,9%, ou seja, uma redução de 2,9 pontos percentuais, pouco inferior à redução de 5,5 pontos percentuais conseguida por Centeno/Costa até março de 2019 com os restrições brutais da despesa pública (*investimento público, trabalhadores da Função Pública, SNS, Segurança Social, etc.*). Mas a diminuição teria sido certamente maior, porque um aumento do investimento público no período de 2016/2018 em mais 14.426,6 milhões €, que somado ao realizado (10.408 milhões €) daria 24.834 milhões € (2,4 vezes superior ao feito) teria certamente promovido um maior crescimento económico (PIB), o que determinaria uma redução maior do rácio da dívida.

Estranhamente ou não, **Olivier Blanchard, ex-economista principal do FMI**, portanto não suspeito de ter simpatias por políticas de esquerda, na reunião do BCE realizada em Sintra poucos dias depois da intervenção que fiz veio defender que **“uma redução da dívida pública é agora menos urgente do que era”**, e que **“os défices são necessários devendo ser usados , o máximo que for possível para investir no futuro, seja através de investimento público, seja suportando custos de reformas estruturais”**, considerando mesmo que na medida que os **defícies primários sejam necessários para sustentar a procura eles “devem ser utilizados”** . É pena que só agora Olivier Blanchard tenha descoberto isso, e que Mário Centeno e António Costa ainda não o tenham, continuando agarrados à velha teoria do passado da política de austeridades e de cortes para reduzir a dívida pública, que tanta destruição já causou ao país, e que se vai refletir de uma forma dramática no futuro pelo tempo perdido para desenvolver o país e para garantir melhor vida aos portugueses e pela destruição que continua a fazer, visível já para todos os portugueses na profunda degradação dos serviços públicos (SNS, transportes, etc.) que só agora, em período eleitoral, provoca o espanto de muitos políticos que estiveram calados quando se investia em autoestradas muitas delas sem movimento que as justicassem, e em estádios de futebol, e se desinvestia na ferrovia.

É por todas estas razões que é extremamente preocupante a declaração feita por António Costa no comício eleitoral do PS, de que o objetivo do seu partido na próxima legislatura seria reduzir o rácio atual da dívida (DP/PIB) de 123,3 % para 100% do PIB, ou seja, em 23,3 pontos percentuais em apenas 4 anos (*entre 2015 e março de 2019, reduziu apenas em 5,5 pontos percentuais*), o que significa a continuação de uma política de restrições e cortes orçamentais ainda maiores que na legislatura atual, até porque se prevê para Portugal um crescimento económico mais lento nos próximos anos.

Tal redução com tal dimensão e num prazo tão curto, a concretizar-se, seria também incompatível com as promessas eleitorais de António Costa de aumentar o número de trabalhadores da Função Pública, mesmo restringindo a algumas categorias profissionais, de subir as suas remunerações, o que criaria mais injustiças, e de aumentar significativamente o investimento público e as transferências para o SNS. Seria mais do mesmo e de uma forma ainda mais violenta. Esperemos que o programa eleitoral do PS não contenha esse objetivo de destruição do país, e que o PS não se vergue à vontade de Mário Centeno, mais interessado em brilhar em Bruxelas do que no desenvolvimento do país. E isto porque sem um aumento significativo do investimento público e sem maiores transferências do Orçamento do Estado para o SNS e sem recuperação da Administração Pública, dotando-a dos trabalhadores que são necessários, não é possível desenvolver o país. E tudo isto, como mostramos neste estudo, repetimos, é incompatível em pretender reduzir a dívida pública em 23 pontos percentuais num curto prazo de 4 anos, quando nos últimos quase quatro anos (de 2015 até março de 2019), com tantas restrições orçamentais e cortes no investimento público e na Administração Pública, só se conseguiu diminuir em 5,5 pontos percentuais a dívida pública.

Eugénio Rosa,
edr2@netcabo.pt, , 20-6-2019